

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

NEGÓCIOS NO INTERIOR: O comércio em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX

Rosicler Maria Righi Fagundes*

RESUMO: Neste trabalho, buscamos entender como se organizava o comércio em São João da Cachoeira, na primeira metade do século XIX, Também tratamos do comércio em São João da Cachoeira, os produtos comercializados, quem eram os comerciantes e a questão do escravo como mão-de-obra e bem comercializável. No estudo utilizamos como fonte primária, inventários *post-mortem*, recibos de pagamento emitidos pela Câmara Municipal de Vereadores. A metodologia utilizada foi a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, nas obras bibliográficas específicas sobre o tema, que possibilitaram a coleta de dados para a realização do estudo.

Palavras-chave: Comércio - Escravidão - São João da Cachoeira

ABSTRACT: In this paper, we expect to understand how the commerce in São João da Cachoeira was organized, in the first half of 19th century. We also focus on the commerce in São João da Cachoeira, on the commercialized products, on who were the merchants and on the matter of the slave as work force and as a good. In the study, we use as primary fonts, *post-mortem* inventories, full receipts emitted by the local Chamber of Councilmen. The methodology used research in the Public Archive of Rio Grande do Sul, in the Historical Archives of Cachoeira do Sul, in the specific literature that made possible it collects data to accomplish this study.

KEY WORDS: Commerce, Slavery, São João da Cachoeira.

1.INTRODUÇÃO

No presente trabalho, o objetivo é compreendermos o comércio em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX. Pretendemos identificar quem eram as pessoas envolvidas na atividade e quais as suas condições socioeconômicas dentro daquela sociedade. Procuramos abordar algumas das possibilidades de negócios e identificar, em parte, os produtos comercializados. O município de Cachoeira compreendia parte da região central, da campanha e também as missões, portanto, tornou-se atrativa a idéia de estudarmos a articulação do comércio nesse espaço. Acreditamos que a atividade comercial foi um dos fatores que influenciaram na formação da sociedade em estudo. Não somente pelo aspecto econômico, o comércio também, por vezes, foi determinado e determinante de outras relações. Relações essas que se estabeleceram, em alguns casos, a partir da atividade do

* Graduada em História pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

comércio. Muitas vezes, os comerciantes possuíam algum parentesco ou vínculo de amizade entre eles.

Nosso estudo procurou, primeiramente, de um modo geral, considerar as características do comércio no Brasil, colônia portuguesa, que, no início do século XIX, ainda vivia sob a égide do pacto-colonial. O Rio de Janeiro, área central e o Rio grande do Sul, se inseriu a economia central como fornecedor, principalmente de alimentos para a escravaria. Na segunda parte do trabalho, utilizamos fontes documentais para entendermos o funcionamento do comércio e a aproximação com o setor dos comerciantes, será no sentido de buscar sua origem social, e ainda abordamos de forma participação do escravo na formação daquela sociedade.

2. SÃO JOÃO DA CACHOEIRA: ESPAÇO E CONDIÇÕESOCIOECONÔMICAS

O Rio Grande do Sul, no final do período colonial e início do império, situado no extremo sul do Brasil, era de vital importância para a coroa portuguesa, por ser uma região de fronteira e estratégica na manutenção do território recém-estabelecido, além de ser um espaço fundamental para o acesso à Bacia do Prata. Os limites com os domínios espanhóis, na América do Sul, serviam de ponto de entrada e saída de pessoas e mercadorias, era o lugar em que aconteciam as trocas comerciais. Nesse contexto, os portos, dentre eles, o da cidade de Rio Grande, tiveram um papel de destaque na formação e consolidação do comércio com outras províncias e outras partes do mundo, adquiriram características desses lugares, no entanto possuíam especificidades inerentes a seu espaço físico, político e social, no qual se desenvolveram as atividades mercantis. Também a presença hidrográfica do Rio Jacuí, ligado à Lagoa dos Patos, que desemboca suas águas no porto de Rio Grande, explicita a importância e relevância que a vila possuiu no início do século XIX.

Os interesses da coroa não se limitavam à ocupação do espaço, mas também estavam ligados à produção de alimentos e recrutamento de soldados para as tropas militares que eram um grande contingente no extremo sul. Esses elementos demonstram as especificidades inerentes à região fronteira do Rio Grande e influenciaram na formação do território.

O Rio de Janeiro era, naquele contexto, o grande centro comercial do Brasil. Era o lugar por onde grande parte dos produtos entravam no país e eram redistribuídos, através de redes comerciais familiares, segundo Osório (2000), ainda, dos comerciantes que atuavam na região, poucos haviam nascido na Província do Rio Grande devido à ocupação recente, mas

mesmo os rio-grandenses natos tinham algum parentesco com os homens de negócios do Rio de Janeiro ou ainda ligação direta com Portugal. Conforme Osório: “[...] os nascidos na América constituem de 26,9 a 40% do corpo mercantil. Como área de ocupação recente, não surpreende a pequena presença (entre 7,7 e 12,5%) de naturais do próprio Rio Grande” (OSÓRIO, 2000, p. 103-4). A respeito da trajetória dos comerciantes comenta a autora: “Uma parcela da explicação para a maior presença de portugueses nas atividades mercantis pode ser certamente encontrada nas redes sociais familiares em que se inseriam” (OSÓRIO, 2000, p. 105). Para ela, os comerciantes estabelecidos no extremo sul estavam vinculados aos homens de negócios do Rio de Janeiro ou aos de Portugal.

O Brasil, colônia portuguesa escravocrata, possuía um grande comércio com a África, o chamado “continente negro”, intermediado pela coroa, isso tornava o escravo um grande produto comercial e determinava a presença de negociantes envolvidos no tráfico. Conforme Fragoso (1998), porém havia, uma diversificação das atividades comerciais, característica semelhante à européia no período pré-industrial e que pode ser evidenciada nas colônias americanas. Portanto, os negociantes de grosso trato¹ investiam em vários ramos de negócios.

No Brasil, para o período que corresponde ao final do século XVIII e início do XIX, as produções historiográficas feitas no século XX elaboraram modelos explicativos da economia brasileira que foram, ao longo do tempo, sendo repensados e a tendência historiográfica atual é diferenciar um pouco dos estudos da década de 1940. Segundo Fragoso (1998), os modelos propostos, consistiam, em parte, na idéia de que a colônia teria se constituído para gerar alguns produtos específicos necessários à metrópole e seria uma sociedade calcada no escravismo, com grandes propriedades monocultoras.

No Rio Grande do sul a historiografia tradicional vem sendo revista e passa por novas interpretações. Uma outra perspectiva é utilizada para a compreensão da formação do que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, seja em seu espaço geográfico, físico, político, econômico seja no social.

Os modelos explicativos sobre a formação econômica do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, limitaram-se a poucos fatores. A pecuária e suas grandes extensões de terras, estâncias e charqueadas coabitaram com imigrantes europeus, principalmente, alemães e italianos. Cardoso (1977), ao escrever sobre o escravismo do sul da colônia portuguesa, classifica a economia sulina do gado como subsidiária em relação ao sudeste devido à exportação do açúcar, minérios e também o café. O que se produzia era para a subsistência e

¹ A designação de comerciante de grosso trato se refere a homens que participavam do comércio internacional, no qual estava envolvido grande capital.

isso é que lhe daria esse caráter “menor” diante dos produtos exportados. Por certo, o Rio Grande do Sul, no período, tinha na pecuária uma das alavancas que sustentava sua economia, mas não se limitava a isso.

O comércio, no Brasil colonial, deve ser entendido, conforme Fragoso (1998), com uma lógica que ultrapasse a de produtor voltado para a metrópole. A existência de um mercado interno é, segundo ele, explicada pelo fato de a economia colonial não acompanhar as tendências mundiais em determinados momentos. Como também escreveu Chaves o Rio Grande vendia produtos como *carne seca*, *sebo*, *graxa*, entre outros, para as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina (CHAVES, 1978, p. 134). Portanto nos parece claro a existência de um mercado intra-colonial.

O tráfico de escravos constituiu nos anos de 1760 a 1830, um dos grandes produtos comercializados pelo Rio de Janeiro, chegando à cifra de dois milhões de homens para as Américas. Isso mostra o quanto foi intenso e rentável esse negócio para os comerciantes que se dedicaram ao empreendimento. (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 150). Para tanto os autores apresentam uma relação dinâmica de negócios que o extremo sul da colônia portuguesa possuía com o Rio de Janeiro. Se nesse período, os escravos entraram em grande número, acreditamos que isso tenha fortalecido, indiretamente, ao Rio Grande do Sul e fomentado a produção de charque destinado à alimentação da escravaria. Reforçam essa idéia os gráficos elaborados por Chaves, nos quais o charque, no ano de 1816, ocupava o terceiro lugar na tabela de exportações do Rio Grande, mas em 1822, já estava no topo e era o produto mais vendido (CHAVES, 1978, p. 134-140).

A historiografia produzida recentemente constatou a presença de escravos em várias atividades. Cardoso (1977) já apontava para a presença de cativos em estâncias de criação, contrapondo-se às produções historiográficas tradicionais que apenas consideraram os africanos como trabalhadores na produção do charque. Outras obras, recentes como por exemplo, Farinatti (1999), em sua pesquisa sobre os lavradores nacionais em Santa Maria, observa a presença de africanos na atividade agrícola e também na pecuária pois apareciam também como propriedade, em *inventários post-mortem*, dos próprios lavradores, embora em uma pequena parcela daquele grupo. Isso se torna ainda mais claro quando, em nossa amostra de inventários *post-mortem*, de moradores de Cachoeira, encontramos plantéis de escravos com frequência. Portanto, os escravos estavam presentes, na maioria das atividades econômicas do início do século XIX, em maior ou menor, constância e de acordo com a condição social do grupo em estudo. Isso nos revela que o comércio não se restringiu à pecuária e seus derivados, mas foi muito variado e dinâmico. É nesse contexto de final do

período colonial brasileiro e início do Império que procuraremos entender o comércio de São João da Cachoeira.

2. OS NEGÓCIOS NO INTERIOR: O UNIVERSO DE SÃO JOÃO DA CACHOEIRA

Para abordar as atividades do comércio no início do século XIX, propomos a observação de alguns casos apontados na documentação:

Joaquim José de Barcelos, morador da Vila de São João da Cachoeira solicita à câmara de vereadores, por meio de alvará, no ano 1835, licença para abrir casa de “*negócios de machados*”². No mesmo ano, Antonio Joaquim Barbosa solicita permissão para manter de “*portas abertas*” sua casa de negócios³. Por sua vez, João Teixeira Carvalho e Silva manifesta o desejo de manter em funcionamento seu “*armazém de molhados*”⁴. Esses comerciantes buscavam, junto às autoridades locais, o aval para continuarem com sua atividade econômica; o comércio. Diante dessa documentação perguntamo-nos quem eram esses comerciantes? Qual a sua origem social e, com isso, que atividade anterior possibilitou-lhes montar uma casa de comércio?

Reportamo-nos para tanto a um contexto mais amplo a fim de buscarmos respostas às questões colocadas. No início do século XIX, conforme já mencionamos, o Rio Grande do Sul tinha nos produtos da pecuária o grande propulsor das exportações. No entanto, sabemos que se desenvolveram outras culturas como o trigo, erva-mate etc. que aparecem nos boletins de saídas de produtos da província (CHAVES, 1978, p. 139). Também Osório (1999) nos mostra a importância que esses produtos tiveram na relação de comércio sulino com outras províncias. A autora nos coloca a importância do comércio sulino dentro do contexto colonial e revela a sua integração com as demais praças. Porém havia outros que também se inseriam na atividade mercantil. Comprovamos esse fato no inventário de Antonio Vicente da Fontoura⁵ que deixou como herança, *esporas de prata, colheres de prata, copo, correntes e relógios de ouro* e ainda dois armazéns localizados na vila de Cachoeira. Certamente isso movimentava os negócios e evidencia que esses não se limitavam aos produtos da pecuária, existia sim, um outro tipo de comércio.

Para Osório (2000), os comerciantes se originavam de ligações de parentesco, compadrio ou amizade e formavam uma rede. Podemos, pelas dívidas constantes no

² AHC, Alvará da Câmara de Vereadores, Série A, Sub-série, 1835, Grupo 1 Presidência.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ APERS, Inventário *post-mortem* 1861, Órfãos e Ausentes, Maço 13, Estante 52, Número 233.

inventário *post-mortem* de Antonio Vicente da Fontoura, verificar que, entre as dívidas passivas, aparece Carlos Augusto Nogueira da Gama casado com Gabriela da Fontoura, filha do primeiro, sendo Nogueira, genro do falecido. Existem, nesse caso, indícios de que o parentesco determinava, muitas vezes, a entrada do sujeito na atividade comercial.

Fragoso e Florentino (2001) mostram-nos que a economia fluminense possuía uma cadeia de endividamento entre os negociantes, o que gerava uma dependência das demais províncias com o Rio de Janeiro e também com outros países. Em nosso caso encontramos além da presença familiar, também o endividamento. O comerciante Antonio Vicente da Fontoura tinha um de seus dois genros como devedor e outro como credor, como já relatamos e ele ainda aparece como devedor e credor nos testamentos de outros comerciantes, como no de Antonio Pereira Mafrá⁶, seu devedor e também credor da Câmara Municipal de São João da Cachoeira pela venda de farinha destinada aos presos da cadeia. Observamos, assim, a existência de uma rede de endividamentos, semelhante ao caso do Rio de Janeiro, que ligava não só os comerciantes, mas também o poder público.

As características da praça comercial do Rio de Janeiro nos mostram a lógica que movia aquela sociedade. Os homens de negócios, após constituírem um patrimônio considerável no comércio, buscavam investir em outros ramos mais estáveis. As fazendas, além de possibilitarem maior estabilidade davam-lhes o *status* de fazendeiro. Foi o que Fragoso e Florentino definiram como “forte ideal aristocratizante” e, por isso, a necessidade de “certa distância do mundo do trabalho” (FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p. 231-2). Ao compararmos os comerciantes de Cachoeira a esse perfil percebemos, que alguns casos da amostra pesquisada não correspondem a essas características, o que não significa dizer que elas não estejam presentes em outros inventários. Principalmente, se considerarmos o tipo de sociedade que se consolidava no Rio Grande do Sul, onde o *status* de proprietário de terras e gado tinha notável importância.

Chama a atenção o caso de Antonio Vicente da Fontoura, proprietário de dois armazéns, na data de seu falecimento, deixou duas casas com morada e dois terrenos, além de 19 escravos. A partir desses dados, observamos que, pelo número de devedores e dívidas passivas, pela quantidade de escravos, tratava-se de um grande comerciante tendo se mantido no negócio ao longo de sua vida, sem investir seus lucros em outros ramos.

Um outro comerciante, Tristão da Cunha e Souza, proprietário de uma chácara e um quinhão de campo, duas casas e um terreno, também não aplicou seus dividendos em grandes extensões de terras. Assim, delineamos um perfil do comerciante de São João da

⁶ AHC, 1831, Ofícios da Câmara de vereadores, Serie C, Sub-Série 10, Grupo 2.

Cachoeira em princípios do século XIX, o qual em alguns momentos, assemelhou-se ao carioca e em outros, nós o evidenciamos com peculiaridades específicas. Podemos considerar como hipótese, em alguns casos, de acordo com a amostragem, que o acúmulo de capital para abrir uma casa de negócios teria vindo da produção agropecuária e assim de fazendeiro passava a investidor no comércio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes, de nossas limitações devido à fragilidade das fontes e da amostra por nós pesquisada procuramos fazer algumas considerações. O comércio, em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX, esteve vinculado a outras praças comerciais da Província e também nas demais regiões da colônia portuguesa ou do Império Brasileiro. Queremos dizer com isso que percebemos elos entre ambas as regiões e, de certa forma, essas se constituíram redes comerciais. Fosse por parentesco, por amizade ou por relações puramente comerciais, existia uma relação de fidelidade e reciprocidade. Isso nos é evidente através da cadeia de endividamento, na qual são evidenciadas tais relações.

Os produtos negociados eram os mais variados, não se limitavam aos advindos da pecuária como o charque, couros, mas os mais diversos, como objetos e gêneros alimentícios, entre muitos outros. Essa diversidade dinamizava a economia e produziu uma elite comercial a qual evidenciamos pela documentação pesquisada. A hipótese para o tipo social provável dos negociantes poderia ser estancieiro-comerciante ou criador-comerciante. Por fim, importa destacar que o presente trabalho é apenas introdutório a algo maior que necessita ser explorado e que talvez ao aprofundarmos a análise sejam reveladas características distintas das observadas até então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

CHAVES, José Gonçalves. **Memórias ecôno-mo-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto alegre, 1978.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem**. Lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul. (Santa Maria, 1845-1880). 1999. Porto Alegre, PUCRS,

1999. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

____ OSÓRIO, Hélen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: UFF, 1999. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Alvarás da Câmara de Vereadores (1825-1835)**. Série A, Sub-Série 1 Alvarás, Grupo 1 Presidência.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Demonstrativo de Receitas e Despesas da Câmara de Vereadores (1830-1836)**. Série B, Sub-Série 10 Recibos, Grupo 1 Presidência.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventários post-mortem**. Cartório Civil e Crime. São João da Cachoeira. N. 151, 1895.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventários post-mortem**. Cartório Órfãos e Ausentes. São João da Cachoeira. n. 11, 1823. n. 12, 1823. n. 17, 1824. n. 52, 1830. n. 56, 1833. n. 101, 1840. n. 134, 1849. n. 233, 1861. n. 290, 1865. n. 404, 1878. n. 624, 1890.